



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE**

Processo: 201940600273

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCIO WAGNER SANTOS DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

**BANCO DO BRASIL**

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 19/06/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARCIO WAGNER SANTOS DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01500

CONTA: 000000001706-2

Nr. da Autenticação 6052957157C836F5

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

**Ocorre, que, o laudo ao apontar a invalidez do autor, indicou que seria uma invalidez total, quando na verdade se trata de uma invalidez parcial, visto que não limitou a integra do patrimônio físico da vítima, e o mesmo não deixou dúvidas que a invalidez apontada se de apensa a retirada do baço, sem a existência de sequelas secundárias a splenectomia.**

Neste sentido, vale destacar que se trata de mero erro do perito no enquadramento da invalidez perante a tabela, impondo-se reconhecer que se trata de uma invalidez parcial completa pela retirada do baço.

Assim, considerando que a invalidez é pela retirada do baço, o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente** na monta de **R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data da análise: 15/06/2018				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: TRAUMA ABDOMINAL				
Resultados terapêuticos: SUBMETIDO A LAPAROTOMIA EXPLORADORA COM ESPLENCTOMIA				
Sequelas permanentes: DEBILIDADE PERMANENTE DA FUNÇÃO HEMATOPOIÉTICA				
Sequelas: Com sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelas: BAÇO 100% (DANO TOTAL - PERDA ANATÔMICA)				
Documentos complementares:				
Observações: SINISTRO INDENIZADO COM BASE EM DOCUMENTAÇÃO CONSISTENTE				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10 %	Em grau completo - 100 %	10%	R\$ 1.350,00
Total			10 %	R\$ 1.350,00

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Caso assim não entenda V. Exa., requer a intimação do perito para que esclareça os pontos levantados.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ARACAJU, 26 de dezembro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/SE 780-A

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
2592 - OAB/SE